



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16494 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

ADEQUAÇÃO DA ATUAÇÃO DOCENTE À ÁREA DE CONHECIMENTO DA FORMAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA BAHIA

Heder Amaro Velasques de Souza - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Micaela Balsamo de Mello - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Maria Couto Cunha - UFBA - Universidade Federal da Bahia

ADEQUAÇÃO DA ATUAÇÃO DOCENTE À ÁREA DE CONHECIMENTO DA FORMAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA BAHIA

1. Introdução

Vários fatores concorrem para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, entre eles está a atuação do professor. Na política educacional brasileira para a educação básica (EB), a atuação docente guarda uma estreita relação com a sua formação, sobretudo a graduação em nível superior, conforme a legislação brasileira. É nessa formação que o docente constrói os saberes fundamentais para o seu trabalho, seja em termos de conteúdos conceituais da área do conhecimento a ser ensinado, seja na apreensão e na reflexão sobre os melhores procedimentos metodológicos, especialmente aqueles recomendados pela Didática para orientar o seu trabalho na formação dos estudantes. Nas últimas décadas, estudiosos como Nóvoa (2008) e Gatti (2018) têm colaborado para a compreensão da docência como uma profissão que demanda uma formação sólida, ampla e fundamentada no domínio de vários saberes.

Nesse íterim, o Plano Nacional de Educação (PNE) definiu a adequação da formação docente como uma de suas metas ou indicador, apontando, com isso, para a necessidade de se garantir a formação inicial dos professores em nível superior e na área de atuação, bem como sua formação continuada em serviço. Assim, é importante analisarmos a situação atual desse indicador na realidade educacional brasileira. Ele se refere à proporção de professores cuja formação acadêmica encontra-se em conformidade com as exigências legais e a disciplina ou etapa educacional em que o professor leciona. Este trabalho tem por objetivo analisar o referido indicador no contexto da EB, no estado da Bahia, conforme estabelecido na meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE).

Utilizamos como fonte de pesquisa os dados disponibilizados no banco de dados do INEP

DATA. Esses dados têm indicado um avanço na adequação da formação docente, embora ainda haja uma defasagem grande em relação à meta estabelecida pelo PNE 2014/2024. Além disso, destacamos a necessidade de analisarmos em que circunstâncias e a partir de quais políticas públicas tal avanço se deu nos últimos anos, principalmente para compreendermos a ação de atores dos setores público e privado nesse processo.

O estudo está organizado em quatro seções, sendo esta a primeira. Na seguinte, apontamos alguns marcos para a discussão sobre a Formação de professores e a importância de sua adequação à área de atuação docente na EB. Na terceira, contextualizamos o indicador em estudo na Rede Estadual de Educação da Bahia. Por fim, na quarta seção, apresentamos nossas considerações finais sobre esse debate para o momento.

2. Formação de professores: a importância de sua adequação à área de atuação docente na educação básica

Ao longo dos séculos, a educação foi compreendida como uma área de grande complexidade. Recentemente, com as inúmeras transformações sociais que vêm ocorrendo, ela tem se complexificado ainda mais e em proporções inéditas. Segundo Gatti (2018), a sociedade atual apresenta desafios que demandam novas compreensões e o trabalho escolar se insere nesse contexto de contradições.

Não raramente, discutimos sobre o cenário educacional brasileiro, destacando seus principais desafios e demandas., entre eles, a formação dos professores. Apesar das inúmeras variáveis que influenciam diretamente o desempenho educacional do alunado, a formação desses profissionais é considerada fator decisivo nesse processo (Gatti, 2018). Para tanto, esse profissional precisa ter acesso amplo e qualificado ao conjunto de saberes e práticas sociais indispensáveis à sua formação.

No Brasil, há documentos normativos que versam sobre esse assunto. A Constituição Federal de 1988, por exemplo, indicou um caminho, ao determinar que o ingresso na carreira docente deve ocorrer exclusivamente por meio de concurso público de provas e títulos, bem como quando definiu a valorização dos profissionais do ensino como um dos princípios da educação nacional. Essa forma de ingresso na carreira docente constitui-se como um procedimento indutor da qualificação do profissional quando no exercício do Magistério.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB / 1996), por sua vez, fixou de modo mais direto a formação necessária para os professores da EB, em seu Art. 62: "far-se-á em nível superior (...) admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal." (BRASIL, 1996)

Assim, a formação do professor deve ser garantida em curso superior de licenciatura de

graduação plena, estando claro que tal curso deve incidir sobre os conteúdos que esse docente irá ensinar ao ingressar na carreira. Além disso, a LDB também trata sobre a valorização dos profissionais da educação, nesse ponto particular, em incisos do Art. 67. Assim, considera-se adequação da formação docente a obtenção pelo professor do título de graduado em licenciatura plena na área em que ele atua no magistério. No entanto, devemos considerar o caráter dessa formação, sua origem, circunstâncias em que se dá e o impacto efetivo que tem na qualidade do ensino. Segundo Gatti (2014), o cenário brasileiro atual não é animador em relação a isso. Para a autora, um desses problemas reside na expansão da oferta de cursos de graduação em licenciatura à distância e, maciçamente, pelo setor privado, descontrolada e desarticulada de propósitos político-educacionais claros e confiáveis.

Outro aspecto importante é a forma de ingresso dos professores nos sistemas e redes públicas de educação. Em levantamento feito sobre a situação funcional e regime de contratação dos docentes da rede pública no Estado da Bahia, tivemos os resultados apresentados na tabela 2 a seguir:

Tabela 2. Número de funções docentes da Educação Básica na Rede Pública, por situação funcional, regime de contratação, tipo de vínculo e dependência administrativa. Bahia. 2023.

Dependência administrativa	Concursado/	Contrato	Terceirizados	CLT
	efetivo/estável	Temporário		
Federal	1 855	297	1	-
Estadual	25 926	1 940	30	48
Municipal	70 781	40 036	1 962	355
Total	98 562	42 273	1 993	403
% dos totais	69,0	29,6	1,4	0,3

Fonte: INEP: Sinopse Estatística da Educação Básica. 2023

Verifica-se que corresponde a quase 30% a fração dos docentes que se vinculam aos sistemas de ensino por via de contratos temporários. Além disso, temos mais 1,7 % de profissionais terceirizados e contratados via CLT. A análise dos dados demonstra que esse fenômeno ocorre com maior intensidade nas redes municipais de ensino e constitui-se num ponto de fragilidade importante das políticas educacionais.

No PNE (2014-2024), quatro metas estão voltadas à valorização dos profissionais da EB, com vistas a melhorar a qualidade do ensino e, nesse contexto, a formação do docente é um requisito especial. Além das metas dirigidas à valorização da carreira através do estabelecimento de plano de carreira, ingresso por concurso, piso salarial, condições de trabalho, dentre outras indicações, o PNE 2014-2024 estabeleceu a meta 15, especificamente voltada à questão da formação dos professores da EB, na qual indica o estabelecimento de política nacional de formação dos profissionais da educação

para atender a legislação em relação à formação específica de nível superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (BRASIL, Lei 13.005/2014).

Segundo Gatti (2014), entretanto, a ampliação da oferta educacional no Brasil, que exigiu a formação de novos contingentes de professores, foi uma das causas que levaram à precarização da formação docente no país, a qual passou a ocorrer de forma superficial e aligeirada. Assim, a despeito das iniciativas governamentais destinadas à formação docente no país, a exemplo do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), o que se viu mesmo nas últimas duas décadas foi um crescimento exponencial de matrículas em cursos de licenciatura na modalidade à distância e no setor privado, sem o devido controle estatal (GATTI, 2014). A ampliação desregulada dos cursos de formação, segundo Carmo *et al* (2014), precarizou a atuação do professor e impactou negativamente na qualidade da educação.

3. Adequação da formação docente: cenário na Bahia

Como vimos, a adequação da formação docente é uma meta estabelecida no PNE (2014-2024). Na Bahia, o Plano Estadual de Educação (PEE) também a definiu como uma de suas metas, prevendo:

Articular a continuidade do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, visando atingir a expectativa de que todos os professores da Educação Básica *possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam.* (BAHIA, 2016) (grifos nossos)

No entanto, os resultados para o Brasil e para a Bahia sobre o alcance dessa meta 15 mostram situação preocupante. Apresentamos a seguir dados que mostram tal situação.

Tabela 3. Percentuais de docência de professores com formação superior adequada à área do conhecimento em que lecionam. Brasil e Bahia. 2013/2018/2023

Etapas da educação básica	Brasil				Bahia			
	2013	2018	2023	Variação	2013	2018	2023	Variação
Educação Infantil	42,2	49,9	63,3	21,1	27,1	42,3	60,1	33,0
E. F. Anos Iniciais	54,0	63,1	74,9	20,9	34,5	48,8	64,5	30,0
E.F. Anos Finais	40,0	51,7	60,4	12,4	26,4	33,4	46,6	20,2

Ensino Médio	57,8	61,9	68,2	10,4	30,0	38,1	56,7	26,7
--------------	------	------	------	------	------	------	------	------

Fonte: MEC/INEP. Relatório do Quinto Ciclo do Monitoramento do PNE, 2024

A análise dessa tabela nos permite fazer as seguintes considerações. Em primeiro lugar, verificamos que o país ainda não conseguiu alcançar a meta de adequação da formação docente, em nenhum dos níveis de ensino. Em dez anos, entre 2013 e 2023, o país avançou pouco em relação a esse indicador. Vale ressaltar que, na situação em tela, consideramos apenas o requisito inicial de ingresso no magistério, a formação inicial em nível de graduação, licenciatura plena, na área de conhecimento de atuação do professor.

Esse cenário reforça o que diz Gatti (2014) sobre a defasagem brasileira em relação à formação de professores. Em segundo lugar, verificamos que, na rede Estadual de Educação da Bahia, a situação é ainda mais desanimadora. Concluimos que, mesmo com a implementação da política nacional de formação de professores, ainda na primeira década do novo milênio, a situação do referido indicador, tanto no Brasil como na Bahia, continua sendo de defasagem. Certamente, considerando o papel fundamental que têm os professores na educação (GATTI, 2014), tal defasagem compromete o desempenho educacional do alunado.

Por fim, observamos também que a maior defasagem existente, tanto no Brasil como na Bahia, encontra-se nos anos finais do Ensino Fundamental. Isso porque, como veremos a seguir, a formação mínima exigida para atuar nessa etapa do Ensino Fundamental é a licenciatura em áreas específicas do conhecimento. Isso nos permite concluir que o país tem avançado mais no acesso ao ensino superior para os professores em cursos de Pedagogia do que em cursos nas áreas de conhecimento específicas. Tal fato reforça, ainda, o que diz Gatti (2014) sobre a expansão desordenada da oferta de cursos de Pedagogia no Brasil.

Numa outra abordagem metodológica, pesquisamos dados de 2023 publicados pelo Inep/Data, que classifica os dados conforme seis grupos de docentes, sendo o primeiro que se refere àqueles que possuem a licenciatura na área de formação indicada pela legislação e o segundo grupo referindo-se àqueles que possuem bacharelado na área de conhecimento, com complementação pedagógica. Os outros grupos se referem aos que possuem formação diferente, com ou sem complementação pedagógica ou não possuem formação superior. Nosso intuito foi verificar em que áreas de conhecimento esse fenômeno se acentua no estado da Bahia, desta vez focalizando o ensino fundamental, médio, EJA, somando os percentuais dos dois primeiros grupos de classificação dos docentes considerados no Inep/DATA.

Tabela 2. Indicador de adequação da formação docente, Grupo 1 e Grupo 2, por etapa de ensino 2023. Bahia

Áreas do conhecimento	Ens. Fund. Anos iniciais	Ens. Fund. Anos finais	Ensino Médio	EJA – Ens. Fundamental	EJA – Ensino Médio
Artes	66,7	24,5	35,5	7,1	20,3
Biologia	-	-	82,1	56,3	74,1
Ciências	65,9	53,3	-	15,4	-
Ed. Física	70,7	53,3	74,7	15,7	53,2
Filosofia	-	-	33,1	23,8	30,8
Física	-	-	40,4	5,6	24,8
Geografia	64,0	51,3	77,4	12,8	66,0
História	64,9	57,5	72,4	17,4	58,4
L. estrangeira	69,4	59,7	76,8	20,3	72,1
L. Portuguesa	69,4	59,7	76,8	20,3	72,1
Matemática	66,1	60,5	82,4	20,0	77,4
Química	-	-	49,2	41,7	35,4
Sociologia	-	-	18,7	37,9	11,7

Fonte: Inep/Data. Painel de Indicadores. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDJNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMT>

Em relação ao Ensino Fundamental anos finais, ao Ensino Médio e à EJA, verificamos grande defasagem em relação à adequação da formação docente. Conforme mencionamos antes, os dados mais preocupantes estão no Ensino Fundamental anos finais, o que se agrava ainda mais na EJA. Em alguns componentes, como Química e Física, a situação é ainda mais preocupante. O mesmo ocorre em Sociologia e Filosofia. Em Língua Portuguesa e Matemática, percebemos um déficit um pouco menor, talvez pela atenção histórica dispensada a esses componentes, sobretudo por causa das avaliações de larga escala, amplamente difundidas no país nos últimos anos.

Por fim, observamos que, em geral, há ainda grande defasagem da adequação docente na Bahia, assim como no Brasil como um todo, em todas as áreas de conhecimento, níveis e modalidades de ensino. Tal defasagem se acentua em relação a determinados componentes curriculares e modalidades de ensino, como a EJA. Isso demonstra claramente que o país, após os dez anos de vigência do atual PNE, não conseguiu alcançar a garantia da formação adequada prevista em lei para atuação no Magistério, em nenhum dos níveis e modalidades de ensino do país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho atendeu à proposta de analisar o indicador de adequação da formação docente no contexto da EB, no estado da Bahia, conforme estabelecido na meta 15 do PNE. Partimos da evidência de que a formação do professor tem íntima relação com a qualidade da educação. Nessa seara, verificamos que a democratização do acesso à educação repercutiu numa demanda por formação de professores. Como resposta, políticas para formação de professores da EB foram formuladas. Todo esse processo, imbricado na realidade contraditória em que interesses sociais se confrontam com interesses do capital, resultou em um cenário no qual, por um lado, existe uma parcela de professores oriundos de uma formação precária e, por outro, de professores que atuam em outras áreas de conhecimento para as quais não possuem a formação adequada.

Na Bahia, os dados indicam que houve uma evolução no percentual de adequação de docentes à sua área de atuação, considerando o intervalo de 2013 a 2023, mas que ainda se mantém uma grande defasagem em relação ao indicador. O cenário mais crítico está nas etapas de Ensino Fundamental anos Finais, cujo indicador de adequação encontra-se abaixo de 50%. Em relação a isso, o PEE estabeleceu que todos os professores da EB deveriam possuir formação específica de nível superior, obtida em curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam, até o final da vigência do plano.

Tais dados indicam os desafios para a EB, assim como para o novo PEE, no sentido de estabelecer estratégias que se traduzam em um acompanhamento e em ações que viabilizem o alcance da qualidade da educação demandada pela sociedade. Por outro lado, é preciso questionar quais estratégias foram adotadas para que o índice de adequação avançasse, ainda que pouco, e como tal avanço repercute efetivamente na ampliação da qualidade da educação. Da mesma maneira, outras indagações reverberam, demandando novas pesquisas: que fatores originários do sistema de ensino e/ou das escolas levam à inadequação entre formação e atuação docente? Em que medida a ausência de concursos públicos para atender às demandas de professores qualificados conforme áreas do conhecimento concorre para essa inadequação? Que relação há entre o planejamento curricular e a alocação dos professores nos componentes curriculares com o projeto político pedagógico das escolas? No caso do Ensino Médio, que fatores, na implementação da reforma curricular recente dessa etapa da EB tem levado ao acirramento da inadequação entre formação e área de atuação do docente? São questões que estão postas e caberá a realização de novos estudos para o alcance novas respostas.

Referências

BAHIA. **Lei nº 13.559 de 11 de maio de 2016**. Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Aprova as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 e dá outras providências.

BRASIL/MEC/INEP. **Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://publicacoes.inep.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL/MEC/INEP. **Sinópses Estatísticas da Educação Básica**. 2023. Disponível em: www.portal.inep.gov.br. Acesso em: 15 de jun. 2023.

CARMO, E. F., FIGUEIREDO FILHO, D. B., ROCHA, E. C., & OLIVEIRA SILVA, L. E. Um estudo da relação entre a adequação na formação docente e o desempenho escolar no ensino médio regular. **Educação e Fronteiras On-Line**. Dourados/MS, v.4, n.12, p.24-37, set./dez. 2014

GATTI, B. A. Formar professores no Brasil: contradições, políticas e perspectivas. in SANGENIS, L.F.C, OLIVEIRA, E.F.R., and CARREIRO, H.J.S., eds. **Formação de professores para uma educação plural e democrática: narrativas, saberes, práticas e políticas educativas na América Latina** [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

GATTI, B. A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **REVISTA USP**. São Paulo, 2014.

NÓVOA, A. Os professores e o “novo” espaço público da educação. In: TARDIF, M.; LESSARD, C. **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. 2. ed. Vozes, Petrópolis, 2008.

Palavras-chave: Adequação da formação docente. Plano Nacional de Educação. Políticas Educacionais.